

ATA DA REUNIÃO INTEGRADA DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO BLOCOS 1, 2, 3 E 4.

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às 14h, na Rua Av. Rio Branco, Nº 124 – 20º andar, no Centro do Rio de Janeiro, e por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a Reunião do Comitê de Monitoramento, instaurado para exercer o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

A pauta da reunião, que foi anteriormente divulgada, era:

Expediente

Leitura da regra da reunião, leitura do expediente, aprovação da(s) ata(s) da(s) reunião(ões) anterior(es) e comunicações de interesse geral do COMITÊ DE MONITORAMENTO.

Ordem do Dia:

1. Respostas da AGENERSA;
2. Crise hídrica;
3. Assuntos gerais e informes.

Logo, a reunião foi presidida pelo Sr. Licínio Machado Rogério, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO, do Bloco 1, com as participações dos presidentes: Sr. Eduardo Figueira, da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca – CCBT, do Bloco 2; Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO, do Bloco 3 e Sr.^a Adriana Sotero Martins, da Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz, do Bloco 4.

Participantes/Presencial: Sra. Natasha Handam, da Fundação Oswaldo Cruz –

FioCruz; Sra. Juliana Mello de Queiroz, do Município de Paracambi; Sr. Jadiel Messias dos Santos, dos Usuários/Residencial; e Sr. Rafael Nunes, da Alerj.

Participantes/Online: Sra. Ilca Bezerra, dos Usuários Domésticos; Sr. Morvan Barreto Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ; Sr. Aercio Barbosa de Oliveira, da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Sr. Fábio Nogueira - Secretário do ambiente de Pinheiral – RJ; Sra. Flávia Cristina de Sena, da Prefeitura de Paracambi; Sra. Karine Terra - Defensora NUDECON; Sr. Marcelo Alves, Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sr. Jorge Alberto da Silva Fernandes, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sr. Jorge Alberto, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sr. Leandro de Lima, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sr. Humberto Garcia, da Prefeitura Municipal de Mesquita; João Lourenço Xavier, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA; Sr. Adilson Trindade, dos Usuários Domésticos; Sra. Fabiana Silva, Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Sra. Gisela Pequeno, do Ministério Público do Rio de Janeiro/MPRJ; Dr. Eduardo Chow de Martino Tostes, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; e Sra. Fernanda, da Prefeitura do Rio, da Rio Águas.

O presidente do Bloco 1, Sr. Licínio Machado Rogério, inicia a reunião cumprimentando os presentes. Em seguida, informa que o Dr. Rafael Menezes, presidente da AGENERSA, havia confirmado presença, mas comunicou, poucos minutos antes da reunião, que não poderia comparecer devido a um problema no Palácio, e também não enviou representante. Licínio considera a ausência lamentável, destacando que há diversas questões pendentes com a AGENERSA, que tem se mostrado indisponível para respondê-las. Comunica ainda que o Dr. Eduardo Show, da Defensoria Pública, também foi convidado e avisou que chegará com atraso, por volta das 16 horas. O presidente Licínio questiona se há atas prontas para aprovação e se há observações sobre a ata de agosto. Como ainda estão pendentes, foi proposto um esforço para que todas as atas do ano de 2024 sejam aprovadas na próxima reunião. Sem comentários adicionais, a reunião seguiu para a Ordem do Dia.

Com relação ao item da pauta: “*1. Respostas da AGENERSA;*”

Licínio explica que, na última reunião, foram feitos vários questionamentos à AGENERSA, que esteve presente na ocasião. Hoje, a agência enviou as respostas por mensagem e também entregou os documentos pessoalmente. Em seguida, pede o Sr. Eduardo Figueira, presidente do bloco 2, que comente sobre o assunto. Com a palavra, Eduardo informa que, na reunião anterior, a representante da AGENERSA, Sra. Gilda, recebeu uma lista de questionamentos técnicos que não pôde responder no momento, comprometendo-se a apresentar as respostas na reunião de hoje. Embora o presidente da AGENERSA, Rafael, tenha confirmado presença, ele não veio devido a um imprevisto. As respostas foram parcialmente encaminhadas, mas não atendem aos questionamentos específicos, especialmente em relação ao caso do **Bosque da Barra**. Nesse caso, o Bloco 2 solicita informações detalhadas sobre a localização das elevatórias da região, com o objetivo de identificar quais estão conectadas à ETE. A resposta recebida trata apenas da obra da IGUÁ e da situação da ETE, sem abordar as perguntas formuladas. Gilda reconhece o equívoco e **se compromete** a reenviar as respostas corretas. Diante disso, Eduardo propõe que o tema seja mantido na pauta da próxima reunião, em janeiro.

Dando continuidade ao item 2 da pauta, “Crise Hídrica”, o presidente Licínio destaca a grave situação enfrentada pelos moradores, que sofrem com um dos mais severos “apagões” no abastecimento de água no Rio de Janeiro dos últimos tempos. Informa que o diretor da Águas do Rio, Sr. Sinval Andrade, foi convidado para a reunião, mas não pôde comparecer por estar com Covid-19. Em seguida, o presidente concede a palavra ao Sr. Jadiel Messias, morador de Irajá, para apresentar sua reclamação contra a concessionária Águas do Rio.

Com a palavra, o Sr. Jadiel Messias de Santos, morador de Irajá, relata que, apesar da crise hídrica, sua região é menos afetada, sendo uma das últimas a ficar sem água e a primeira a ter o abastecimento restabelecido. No entanto, destaca problemas com a Águas do Rio, que em junho cobrou indevidamente R\$ 604,00 em vez dos R\$ 164,00 habituais. A empresa iniciou abatimentos, mas sem demonstrativo claro nas faturas, o que se repetiu por três meses consecutivos. Também aponta falhas na cobrança decorrentes de uma ligação adicional feita para o inquilino do imóvel, resultando em três contas vinculadas à sua residência. Além disso, ressalta o fato do benefício da tarifa social dos moradores do conjunto habitacional onde vive.

A palavra foi cedida ao Sr. Rafael Nunes, assessor da Dep. Dani Monteiro e morador do Rio de Janeiro, que relata ter ficado três dias sem água durante uma onda de calor de 50 °C, criticando a falta de informações claras sobre o ocorrido. Ele menciona que vários ofícios foram enviados à Águas do Rio, com respostas chegando apenas agora, como no caso do ofício do pastor Henrique. Rafael destaca que, segundo a Águas do Rio, a interrupção no fornecimento foi causada por uma manutenção da CEDAE, que durou 22 horas, aliada à necessidade de implementar válvulas de pressão e ao rompimento de uma adutora em Rocha Miranda, que resultou na morte de uma idosa. Menciona que a empresa justificou que, por contrato, tem permissão para esvaziar o sistema para realizar obras, o que levanta preocupações. Diante disso, Rafael questiona se o Comitê de Monitoramento tem acesso aos planos de investimento e obras da concessionária. Ele cobra esclarecimentos da Águas do Rio: **Qual foi o plano de obras estabelecido? Quais obras foram executadas? Após o estouro da adutora, por que as obras não foram suspensas para restabelecer o abastecimento com mais agilidade, especialmente em meio a uma crise climática?** Rafael alerta para a gravidade da situação e levanta a necessidade de responsabilização, apontando a **"inaptidão dos contratos"** firmados, que deixam lacunas e falhas na fiscalização e no acompanhamento da prestação de serviços. Ele reforça que o Comitê de Monitoramento deve se debruçar sobre essas falhas e exigir maior transparência e prestação de contas da concessionária. O presidente Licínio solicita a Rafael que encaminhe as perguntas por escrito, juntamente com o ofício da Águas do Rio, para que possam ser enviadas formalmente com um pedido de esclarecimentos. Ele agradece pela colaboração.

Com a palavra, a Sra. Fabiana Silva, ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, informa que não pôde estar presente devido a compromissos institucionais. Ela relata que, nas últimas semanas, a ouvidoria foi amplamente procurada pela sociedade civil por conta da crise no abastecimento de água. Um formulário usado pelo NUDECON foi utilizado para mapear os locais mais afetados no estado e, em apenas 24 horas, já haviam sido recebidas mais de 600 respostas, mesmo tendo sido inicialmente distribuído apenas via WhatsApp. A partir desse mapeamento, a Águas do Rio começou a visitar as residências mencionadas, realizando manobras técnicas e restabelecendo o fornecimento de água. Esse comportamento chamou a atenção de Fabiana, pois evidencia a individualização do atendimento, ou seja, a empresa trata pontualmente os endereços identificados, em vez de resolver o problema de forma coletiva por território. Ela ressalta que os dados enviados continham apenas o nome da rua e o endereço, respeitando as leis de proteção de dados (LAI e LGPD), mas, mesmo assim, a concessionária tem usado o mapeamento para ações pontuais. Ela destaca que essa prática se repete em locais como o

Pantanal Iguaçuano (entre Nova Iguaçu e Seropédica), onde, apesar de todo o bairro estar sem água, apenas algumas casas são abastecidas com caminhões-pipa, sem critérios claros de escolha. Isso reforça uma crítica constante recebida pela ouvidoria: a ausência de um padrão de atendimento e a falta de critérios transparentes, o que aprofunda as desigualdades. Fabiana conclui que esse cenário reforça a necessidade de discutir a padronização da entrega dos serviços, em vez de manter a lógica atual de individualização no atendimento às demandas coletivas. Ela acredita que outras organizações também vêm realizando mapeamentos semelhantes, o que evidencia a gravidade e a abrangência do problema. O presidente Licínio, logo, aborda a questão da individualização no atendimento ao abastecimento de água, destacando que algumas pessoas conseguem caminhões-pipa. Portanto, sugere que essas reclamações sejam formalizadas, para que possam ser encaminhadas oficialmente à concessionária. Também se propõe que questionamentos sejam enviados diretamente à Águas do Rio, com cópia para o Comitê, preferencialmente organizados por área de bloco. Ressalta-se ainda que a distribuição dos blocos no modelo de concessão não seguiu critérios geográficos, mas sim econômicos, misturando áreas com boa e má infraestrutura para torná-los mais atrativos às empresas, o que gerou confusões na gestão do serviço. O Sr. João Ricardo (JR), presidente do bloco 3, relata sua experiência pessoal vivida em Vigário Geral e Campo Grande, destacando que, ao ultrapassar o prazo informado pela empresa para a falta d'água, o primeiro passo deve ser registrar um protocolo de reclamação. Levanta-se a hipótese de que a empresa esteja atendendo apenas as residências que fizeram esse protocolo, ou que questões como inadimplência estejam interferindo no atendimento. Ele critica a ausência de contratos individualizados entre usuários e a concessionária, como ocorre com a Light e a ANEEL, onde há clareza sobre os deveres e responsabilidades de cada parte. Ressalta que, sem esse padrão, o serviço continua sendo prestado de forma improvisada, mesmo após três anos de concessão. Defende que a existência de contratos individuais permitiria identificar prioridades, como residências com pessoas com problemas de saúde, e garantir um atendimento mais justo e eficiente. Conclui que, diante das crises climáticas que se agravarão no futuro, é essencial que a empresa, a Agenersa, os órgãos de fiscalização e o Comitê de Monitoramento construam juntos esses contratos, como forma de aprimorar a prestação do serviço.

A Sra. Adriana Sotero, da Fiocruz e presidente do Bloco 4, fala como usuária e moradora do Catumbi. Ela informa que trará mais detalhes posteriormente sobre a reunião realizada na AGENERSA, convocada pelo Ministério Público, com a presença da FIPE. A pauta tratou do avanço das metas da concessão e da falta de

transparência nos dados fornecidos pela FIPE, especialmente os relacionados aos investimentos. Ela ressalta a dificuldade de acesso às informações, citando o sistema SEI, que nem ela nem outros usuários conseguem utilizar de forma adequada. Em relação à qualidade da água após o restabelecimento do abastecimento, Adriana relata ter sofrido um grave quadro de diarreia e desidratação, mesmo utilizando filtro de alta qualidade. Outros moradores do prédio e do bairro também enfrentaram problemas semelhantes. Ela critica a ausência de sensibilidade por parte da concessionária diante da crise climática e do calor extremo no Rio de Janeiro, lembrando que muitos bairros ainda seguem sem água, o que agrava ainda mais a situação. O presidente do Bloco 2, Eduardo Figueira, comenta o relato de Fabiana e levanta dois pontos: pergunta se há controle sobre os mais de 600 casos recebidos pela ouvidoria e se todos foram atendidos; e questiona se as pessoas que procuraram a Defensoria Pública realmente receberam retorno. Ele ressalta que, além do critério citado por JR, pode haver outros critérios sendo utilizados no atendimento, o que levanta dúvidas sobre a equidade e transparência do processo. Em resposta, a Sra. Fabiana informa que a maioria dos retornos sobre o atendimento às reclamações está sendo feita informalmente por meio de grupos de WhatsApp. As pessoas relatam que, após registrarem queixas na ouvidoria, a Águas do Rio tem ido até suas casas, ligado a água e realizado intervenções nas ruas mencionadas nos formulários. No entanto, ela destaca que não há confirmação oficial de que todas as 600 reclamações foram atendidas. Apesar disso, vários moradores relataram retorno, especialmente nas últimas 24 horas, o que motivou Fabiana a perguntar nos grupos se a água havia voltado em seus territórios.

Eduardo retoma sua fala comentando a distinção entre manutenção e investimento, destacando que, embora o contrato preveja a realização de obras com a tubulação vazia, isso se refere a manobras técnicas específicas, e não à necessidade de interromper o abastecimento de toda a cidade. Ele observa que, nas áreas de ponta de linha, o reabastecimento após a paralisação arrastou sujeira e areia, entupindo trechos da rede, um problema antigo, mas agora em maior escala devido à interrupção prolongada. Ele menciona a reunião ocorrida na AGENERSA com o Ministério Público e a FIPE, considerada por ele como a primeira reunião séria sobre indicadores. Nela, foi confirmado que o documento da FIPE, de fato existe, mas está misturado de forma desorganizada no SEI (Sistema Estadual de Informações), dificultando o acesso até mesmo para os órgãos participantes. Como encaminhamento, ficou acordado que a FIPE criará uma estrutura de documentos fora do SEI para facilitar o acesso às informações. O Sr. Licínio complementa a discussão destacando a dificuldade de acesso aos documentos no sistema SEI. Ele relata que até os próprios integrantes da FIPE enfrentaram obstáculos para localizar os arquivos que haviam disponibilizado

online. Até a Dra. Fernanda, do Ministério Público, também expressou insatisfação com essa falta de acessibilidade. Segundo ele, o sistema possui várias camadas de restrição, com níveis de bloqueio que dificultam ainda mais a consulta, inclusive mencionando que, ao acessar um processo, depara-se com um ícone de chave indicando restrição logo na primeira camada.

Com a palavra, a Sra. Ilca Bezerra, moradora do Méier e representante dos usuários domésticos do Bloco 4, questiona se o contrato com as concessionárias prevê investimentos para tornar a rede de abastecimento mais eficiente, de modo que manutenções não afetem amplas áreas simultaneamente. Ela compara com instalações hidráulicas residenciais, onde é possível isolar partes sem interromper o fornecimento geral. Ela relata a dificuldade vivida durante o calor intenso, quando houve falta d'água decorrente da manutenção da CEDAE e, em seguida, da Águas do Rio. Menciona ter ajudado vizinhas em situação vulnerável e considera absurdo o impacto da interrupção. Ela sugere que essa pergunta seja levada à Águas do Rio e demonstra dúvida sobre se há previsão de melhorias estruturais na rede, além da instalação de válvulas de controle de pressão.

O Sr. Aécio, representante da FASE, com atuação na Baixada e em favelas do Rio, destaca a necessidade de investigar o procedimento de pressurização e adução da água feito pela Águas do Rio. Ele levanta a suspeita de que a empresa pode estar elevando a pressão de forma deliberada e imprudente, possivelmente para acelerar o giro dos hidrômetros e justificar futuros reajustes tarifários com base em danos à rede. Aécio afirma que essa prática, diante da fragilidade estrutural do sistema, pode colocar vidas em risco e até configurar um crime. Ele sugere que a Defensoria Pública e a Comissão de Direitos Humanos da Alerj, presidida por Dani Monteiro, avaliem a possibilidade de uma investigação mais aprofundada. Ressalta a importância da atuação de engenheiros e especialistas no espaço de governança, além do comitê de monitoramento, para apurar esses indícios. O Sr. Licínio concorda com as preocupações levantadas por Aécio e destaca que um dos problemas recorrentes é a substituição de operadores experientes da CEDAE por profissionais menos qualificados da Águas do Rio. Ele observa que a tubulação antiga exige cuidados específicos e compara a situação a um carro antigo, que não pode ser acelerado imediatamente sem risco de danos. Sugere que as tubulações possam precisar de um processo gradual de pressurização. Diante das dúvidas técnicas levantadas, propõe solicitar uma reunião com a Águas do Rio para esclarecimentos, podendo ser agendada na próxima reunião do comitê ou diretamente com a concessionária.

Adriana Sotero comenta a importância da reunião realizada ontem, destacando sua relevância diante das dificuldades de acesso a informações e dados por parte da FIPE para o monitoramento dos contratos. Critica a falta de transparência e a dificuldade de navegação no SEI, sistema onde os documentos estão armazenados com restrições de acesso. Ressalta que a FIPE não participou de etapas importantes como a operação assistida e que seus relatórios foram entregues com atraso, prejudicando a análise dos investimentos. Adriana reforça a importância de incluir o olhar social e técnico dos comitês nas decisões e destaca a necessidade de garantir o real significado da universalização, com investimentos claros para todas as áreas, inclusive as ANUs. Finaliza dizendo que os avanços da reunião só ocorreram graças à atuação do Ministério Público, e não da AGENERSA.

Sr. Adilson Trindade, do Bloco 3, de Campo Grande (Zona Oeste do Rio), critica a evidente incapacidade das concessionárias em operar adequadamente o sistema de abastecimento de água. Aponta a perda do capital humano qualificado com a saída da CEDAE e destaca a falta de preparo técnico nas paradas programadas, que deveriam seguir rigorosos protocolos de engenharia. Critica também a má qualidade da água, explicando que, ao esvaziar o sistema, impurezas entram pelas falhas da rede e são empurradas para as residências quando o abastecimento retorna. Reforça que a operação tem sido mal coordenada, especialmente em períodos de calor extremo, o que agrava ainda mais a situação. Questiona a eficácia da reserva doméstica, considerando que comunidades carentes não têm acesso a sistemas adequados, e alerta para os riscos de saúde pública. Defende a necessidade de uma ação coletiva mais firme e transparente, e denuncia a gravidade de deixar tantas pessoas sem água por tanto tempo, além de mencionar os problemas de acesso às informações da FIPE, como apontado por Adriana.

Dra. Gisela Pequeno, do Ministério Público, informa que a Primeira Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Consumidor instaurou o inquérito civil nº 65/2024 para apurar as consequências dos recentes rompimentos de adutoras e o desabastecimento de água em diversos bairros. Ela se compromete a trazer atualizações sobre esse procedimento nas próximas reuniões. Reafirma também o compromisso do MP em cobrar transparência das informações da AGENERSA e da FIPE, garantindo que as deliberações da última reunião sejam cumpridas e que o acesso aos dados seja facilitado para todos os envolvidos.

O Sr. Rafael Nunes levanta uma preocupação sobre o papel do Instituto Rio Metrópole na gestão do sistema de abastecimento de água do Estado do Rio de Janeiro, o comitê de monitoramento foi incentivado a convocar o Instituto para esclarecimentos, pois ele está sendo apresentado como o responsável pelas análises, indicadores e controle das válvulas de pressão de todas as concessionárias, o que é considerado grave por representar um poder centralizado e pouco transparente. Ele explicou que o Centro de Controle Operacional (CCO), ligado ao Instituto Rio Metrópole, gerencia a distribuição de água entre os blocos e concessionárias. Ele questiona a lógica das ações tomadas durante a crise hídrica, como o pedido das concessionárias para adiar a retomada do abastecimento, a realização simultânea de 80 obras durante uma crise, a falta de comunicação com instituições públicas, e a prioridade dada à instalação das válvulas de pressão mesmo diante do colapso. A principal dúvida levantada foi sobre a real finalidade dessas válvulas: se elas servirão para garantir o controle justo da água ou para beneficiar apenas quem paga mais, gerando desigualdade no acesso ao abastecimento.

O Sr. Aécio, com a palavra, reforça as críticas feitas por Adilson e Rafael, destacando que a privatização dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto é problemática, pois as empresas concessionárias priorizam lucros e dividendos para acionistas, em detrimento da qualidade do serviço e do direito humano à água. Ele propõe acionar o **Conselho do Sistema de Fornecimento de Água**, que inclui representantes das concessionárias, do Governo do Estado, da CEDAE, da AGENERSA e do Instituto Rio Metrópole, para que se manifestem oficialmente sobre os problemas recentes no abastecimento. O conselho, segundo ele, tem a atribuição de promover melhorias no sistema e emitir deliberações relevantes. Critica-se ainda a falta de protocolos técnicos adequados na operação do sistema, como apontado por Adilson, e a instalação das válvulas de pressão sem clareza de propósito, reforçando que todo o processo parece voltado ao lucro, e não à garantia de água para a população. Ele alerta que, sem uma resposta firme e estruturada, falhas semelhantes tendem a se repetir com frequência crescente.

A palavra foi cedida ao Sr. Humberto Garcia, representante do município de Mesquita no Bloco 4, que faz três principais colocações. Primeiro, destaca os esforços locais para o monitoramento de pontos de pressão e a histórica luta por

mais água para a Baixada Fluminense, uma demanda que, segundo ele, conta com pouco apoio, inclusive dentro do comitê. Ele cita como conquista a obra do reservatório JK, que trouxe benefícios, mas não resolveu totalmente o problema, por conta da capacidade limitada e da necessidade de mais água para abastecimento. Propõe a ampliação do monitoramento da pressão em todo o Bloco 4, sugerindo que esse controle poderia ser feito via CCOs municipais, por meio de termos de cooperação ou ajustamento de conduta, devido ao custo relativamente baixo e à facilidade de instalação desses dispositivos. Em segundo lugar, chama a atenção para a nova lei da tarifa social, questionando se os cadastros dos municípios estão acessíveis à agência reguladora, e sugere que os municípios colaborem com esses dados. Por fim, despede-se do comitê, informando que encerrará seu mandato no dia 31/12, agradecendo aos colegas pelo trabalho coletivo e pelo debate plural. Também faz um agradecimento pessoal a Sinval, destacando sua postura respeitosa e sua disponibilidade para o diálogo, independentemente da posição da empresa que representa. O Licínio, em nome do comitê, agradece a colaboração do Humberto, deseja sucesso em sua nova jornada e reforça que as reuniões são públicas e abertas a todos, independentemente do cargo ocupado.

JR destaca que o recente desabastecimento no Rio de Janeiro gerou um fato inédito: a socialização da falta d' água, atingindo até regiões como a Zona Sul, historicamente menos afetadas, e expôs os impactos da privatização. Ele critica a ausência de explicações por parte das concessionárias e compara com o caso da Light, citando a perda da “memória profissional” após demissões na privatização. JR solicita que a ABCON, representante das concessionárias, envie um documento à população esclarecendo o ocorrido, especialmente após um evento como o G20 e em meio à crise climática. Ele defende que a relação entre usuários e empresas deve ser baseada em deveres e obrigações claras, como no caso da tarifa social, que precisa considerar as especificidades de cada município. Por fim, pede bom senso das empresas para evitar sobrecarga no Judiciário e órgãos públicos, reforçando que a água é um bem de todos.

A Sra. Ilca destaca a importância de conhecer a pressão nas linhas de abastecimento, pois, em muitas comunidades, a água chega sem força suficiente para encher as caixas d'água, comprometendo a continuidade real do fornecimento. Aproveitando a fala de Humberto sobre monitoramento de pressão, menciona que as concessionárias já estão instalando válvulas com medidores de pressão e questiona se não seria o caso de exigir que esses dados sejam tornados públicos. Sugere, portanto, que o mapeamento das pressões nas linhas seja socializado e acessível à população.

A Sra. Karine, representante da Defensoria Pública, com a palavra, relata que, após receber diversas reclamações sobre a falta d' água, mesmo após a normalização da Estação do Guandu, foi ajuizada uma Ação Civil Pública contra a Águas do Rio. A Defensoria havia iniciado uma consulta pública para mapear os locais afetados, cujos dados foram repassados à empresa, sem retorno satisfatório. Diante do cenário crítico, a ação foi protocolada na quinta-feira à noite e distribuída para a 7ª Vara Empresarial. Em audiência na segunda-feira seguinte, foi firmado um acordo para realização de perícia judicial, com foco em verificar se o abastecimento foi plenamente retomado e se a empresa adotou todas as medidas necessárias. A perícia também distinguirá responsabilidades entre Águas do Rio e CEDAE. A defensora esclarece que outra Ação Civil Pública, movida anteriormente por uma associação de consumidores e tramitando na 3ª Vara Empresarial, já contempla pedidos semelhantes, o que pode levar à extinção da ação da Defensoria. A Defensoria continuará monitorando os casos, recebendo denúncias e avaliando possíveis novas medidas contra outras concessionárias, agradecendo o apoio da Ouvidoria, especialmente da ouvidora Fabi, pela parceria com a sociedade civil.

O Dr. Eduardo Chow comenta a situação crítica do saneamento no Rio de Janeiro, destacando problemas como rompimentos de adutoras, falhas no abastecimento, reajustes tarifários e aumento significativo na base de usuários da tarifa de esgoto. Critica a condução dos acordos feitos com a Águas do Rio, que, segundo ele, estão sendo tratados de forma não protocolar, favorecendo a empresa em detrimento da população. Ele expressa preocupação com o reajuste autorizado pela Agerensa e defende uma atuação mais coordenada frente aos impactos que esses acordos têm sobre os usuários. Relata ainda a saída dele e de parte da equipe do NUDECON na próxima semana, sem transição definida, o que torna a situação mais delicada. Destaca o esforço em compilar informações para repassar às entidades e comitês de monitoramento e agradece as parcerias e interlocuções construídas ao longo do tempo. Por fim, menciona problemas pendentes em outras áreas, como gás, transportes e bilhetagem eletrônica, além da indefinição quanto à regulamentação da tarifa social, encerrando com tom saudosista e disposição para concluir pendências na última semana de trabalho.

O Sr. Licínio inicia sua fala elogiando a atuação do Dr. Eduardo e da Dra. Karine na Defensoria Pública, destacando o reconhecimento coletivo pelo trabalho sério e comprometido de ambos. Apesar da tristeza com a saída, reconhece que mudanças são parte dos processos institucionais, e expressa esperança de que os

sucessores mantenham o mesmo nível de engajamento. Ressalta ainda a importância da Defensoria e do Ministério Público como instrumentos essenciais na defesa da população mais vulnerável, especialmente diante das consequências negativas das privatizações em setores essenciais como transporte, saúde e saneamento. Licínio menciona a Lei Federal 13.460/2017, que exige a criação de conselhos de usuários por concessionárias de serviços públicos. Apesar disso, denuncia que os órgãos responsáveis alegam ausência de legislação estadual e municipal como justificativa para a não implementação desses conselhos. Destaca que uma lei estadual já foi aprovada, mas não entrou em vigor como previsto, e informa que há um procedimento aberto no Ministério Público (4ª Vara da Cidadania) para tratar do tema, com reunião marcada para 15 de janeiro. Ele também afirma que a criação do Comitê de Monitoramento se deu apenas por pressão popular durante audiências públicas e não por iniciativa espontânea do poder público. Finaliza reiterando os parabéns à Defensoria, manifestando desejo de que os novos responsáveis deem continuidade ao diálogo com o comitê e se coloquem à disposição para tratar não apenas das questões de saneamento, mas de outros serviços públicos. Enaltece a permanência da ouvidora Fabi, destacando seu papel fundamental como ponte entre o comitê e a Defensoria.

Eduardo Figueira, em sua fala, reforça pontos abordados anteriormente por Eduardo Chow, destacando que os problemas enfrentados pelos Comitês de Monitoramento, o esforço constante do Ministério Público e da Defensoria Pública são recorrentes, enquanto as falhas operacionais das concessionárias, tanto na área técnica quanto na cobrança, também se repetem. Critica a atuação da Agerensa, agência reguladora, apontando a incoerência entre as mais de 40 mil ações judiciais contra a Águas do Rio e a ausência de penalizações pela agência, o que demonstra, segundo ele, uma falha clara de fiscalização. Eduardo ressalta a omissão do poder concedente, o Estado que, como contratante do serviço, deveria se responsabilizar por falhas na concessão. Explica que o modelo em vigor não é de privatização, mas de concessão de serviço, em que empresas como Águas do Rio, Rio+Saneamento e Iguá apenas compram água e a revendem, funcionando como revendedoras de um único produto. Cita como exemplo o erro de cálculo dos 5% mencionado anteriormente, atribuído ao BNDES, contratado pelo poder concedente. Assim, defende que, se houve erro na modelagem, a responsabilidade é do contratante (Estado), e não da concessionária, que apenas cumpriu o contrato. Portanto, argumenta que a compensação pelo erro deveria ser assumida pelo governo, reduzindo as tarifas, e não repassada à população. Eduardo conclui que todos os problemas identificados decorrem de falhas de **governança contratual** e propõe que, além

da Agenera, se convida o próprio **poder concedente** para prestar esclarecimentos, por ser o real responsável pela estrutura desses contratos. Destaca ainda que, diante de impasses, a Agenera se exime de responsabilidade alegando que a questão é do **poder concedente**, sugerindo então que este seja chamado para prestar esclarecimentos. Licínio, por sua vez, apresenta dados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro mostrando o aumento significativo de processos contra a Águas do Rio: **10.798 em 2022, 30.703 em 2023 e 40.910 em 2024**, totalizando **82.411 ações**, o que evidencia, segundo ele, uma situação anormal. Eduardo questiona a ausência de reflexo desses problemas na atuação da Agenera. Licínio responde que a agência fiscaliza, mas não atua efetivamente, criticando sua postura passiva diante dos problemas enfrentados pela população, afirmando que a Agenera lê o contrato, mas não compreende a realidade da cidade, falhando em garantir o bom funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Ilca concorda com as falas anteriores e ressalta que a água não pertence à CEDAE, que apenas presta o serviço de tratamento e, em alguns locais, distribuição. As concessionárias recebem essa água, pagam por esse serviço e a distribuem. Ela alerta para o perigo de adotar a narrativa de que a água é uma mercadoria, como sugerido por propagandas que tratam água como um produto fabricado. Ela reforça que água é um direito, está na natureza, e o que existe é um serviço prestado sobre ela, tratamento e distribuição, que atualmente tem sido mal executado. Ela conclui afirmando que ninguém é dono da água, nem a CEDAE, nem o governo.

Adriana propõe o calendário de reuniões para 2025 e sugere que a primeira reunião, em 21 de janeiro, seja dedicada a chamar a Agenera e o Instituto Rio Metrópole para prestar esclarecimentos sobre a crise hídrica recente, incluindo a falta de água e paralisações não programadas pelas concessionárias, além de apresentar o plano de segurança da água. Ela também propõe que, na reunião de fevereiro, a FIPE faça uma apresentação sobre os padrões de investimento com base no dashboard, para possibilitar um debate sobre esses critérios. Tudo isso como parte do planejamento anual de reuniões. Segue o calendário apresentado em tela:

**DATAS PARA REUNIÕES INTEGRADAS
DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO – 2025**

MÊS	Data
JANEIRO	21/01
FEVEREIRO	18/02
MARÇO	11/03
ABRIL	01/04
	ASSEMBLEIA – 08/04
MAIO	06/05
JUNHO	03/06
JULHO	08/07
AGOSTO	05/08
SETEMBRO	16/09
OUTUBRO	07/10
NOVEMBRO	11/11
DEZEMBRO	09/12

JR concorda com Adriana, mas reforça que é essencial convocar os responsáveis pela crise hídrica para prestar esclarecimentos, independentemente de a reunião ocorrer em janeiro ou não. Considera inaceitável o ocorrido e defende que haja, no mínimo, uma resposta, um pedido de desculpas e a apresentação de dados. Menciona que o número de processos judiciais, como informado pelo NUDECON, tende a crescer, pois muitas pessoas afetadas não têm acesso à Justiça, sem contar os casos tratados diretamente via PROCON. Reconhece que a reunião pode acontecer em fevereiro ou março, mas insiste que, desde já, é necessária uma convocação pública para esclarecer o colapso no abastecimento de água no Rio de Janeiro, especialmente por parte do poder concedente. Adriana complementa sua fala sugerindo que a FIPE, se possível, apresente um relatório de fechamento, destacando a ausência dos relatórios esperados, já que não houve a transparência nem a transferência de dados no formato previsto. Ela propõe que esse relatório registre o histórico das tentativas de obtenção dos documentos e a situação da organização do SEI, evidenciando que o grupo de trabalho não conseguiu avançar justamente pela falta de informações. A partir desse relatório, mesmo incompleto, Adriana sugere a reformulação e abertura de novos grupos de trabalho em 2025, com foco mais estruturado no monitoramento e análise dos contratos, considerando que o termo de acordo com a Agenera esteja em fase de execução e os pedidos por organização de relatórios já comecem a ser atendidos.

O Licínio propõe a aprovação do calendário de reuniões, perguntando se alguém tem objeções ou sugestões, e como não houve manifestações contrárias, o calendário foi aprovado. Ressalta ainda que o local das reuniões, o clube, tem arcado com os custos de operação, já que a Agenera, apesar de ser a agência reguladora das empresas de saneamento, não tem condições de cobrir essa

despesa, o que ele considera um vexame. Destaca a compreensão do clube diante dessa situação.

A Sra. Ilca, aborda sobre a recorrente falta de quórum nas reuniões e propõe que, mesmo assim, a agenda seja pré-aprovada, com possibilidade de revalidação futura. Destaca-se a necessidade urgente de discutir, em plenária, a ausência de membros e entidades que nunca participaram das reuniões. Como o regimento não trata desse problema, sugere-se criar critérios para declarar vacância de vagas ocupadas por quem não comparece, garantindo maior comprometimento dos participantes.

Licínio destaca que a revisão do regimento é necessária e deve ser concluída antes da eleição dos novos membros, prevista para abril. Sugere que esse tema seja tratado em reuniões paralelas. O calendário de reuniões (em tela) foi aprovado pela plenária, com encontros marcados das 14h às 17h, preferencialmente no clube, mas com possibilidade de mudança de local conforme a disponibilidade. JR informa que haverá um compromisso em Brasília no dia 18/12/2024, quando a comissão parlamentar realizará uma discussão sobre a crise hídrica no Rio de Janeiro e os desdobramentos da pós-privatização da CEDAE. Outro informe é que, no dia 17 de dezembro, às 10h, será realizado um grande Ato pela Água em frente à ALERJ, com a participação do SINTSAMA, Rede, MAB, FAMRIO e outras entidades. O objetivo é cobrar respostas sobre a crise hídrica ocorrida no Rio de Janeiro no início do verão. O evento é aberto à participação dos membros do comitê e da população em geral. A Ilca informa que está auxiliando na tomada de presenças para apoiar a reunião. Destaca a importância de registrar corretamente quem comparece às reuniões, tanto para constar em ata quanto para considerar na definição de critérios sobre ausências e possível vacância de membros. Em seguida, inicia a leitura dos nomes presentes na reunião.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Licínio Machado Rogério agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 17 horas.

Documento assinado digitalmente
 LICÍNIO MACHADO ROGERIO
Data: 15/07/2025 17:16:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Licínio M. Rogério

Presidente do Bloco 1

EDUARDO
FIGUEIRA:822641
55787

Assinado de forma digital
por EDUARDO
FIGUEIRA:82264155787
Dados: 2025.07.15 17:41:02
-03'00'

Eduardo Figueira

Presidente do Bloco 2


João Ricardo de Mattos

Presidente do Bloco 3

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANA SOTERO MARTINS**
Data: 10/07/2025 08:55:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Sotero Martins

Presidente do Bloco 4

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2024